

PRÉVIA

Covas na preferência



COVAS

Preferência

40%

Rejeição

0,5%

JORNAL

20unicamp

ANO 9

OUTUBRO

89



COLLOR

Rejeição

53%

Preferência

0,15%

e Collor na rejeição



LULA

Preferência

18%

Rejeição

8%



FREIRE

Preferência

7%

Rejeição

0,4%



BRIZOLA

Preferência

3,1%

Rejeição

5%



ULYSSES

Preferência

0,65%

Rejeição

1,8%

E

MAIS:

Ciência hoje (9)

Carreira docente (3)

Organização sindical (10 e 11)

Editorial

À medida em que aproxima-se a data para o 1º turno, observa-se o crescimento do debate político sobre questões consideradas intocáveis como a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária e o combate à privatização das estatais, arduamente defendida por vários setores, em especial a Folha e por alguns candidatos. Sente-se retomar o calor das discussões, o debate sobre as alternativas para a crise profunda que vivemos, o crescimento da consciência política de todos os segmentos e também o repúdio às posições mais conservadoras e retrógradas manifestas nas propostas de candidatos descomprometidos com os anseios populares. Nesse contexto renasce a esperança em dias melhores e mais que isso, em um futuro melhor para o país, afastando aos poucos, o apoio aos candidatos que significam o continuismo, o conserva-

dorismo, a direita e a reação.

Este número do Jornal da ADUNICAMP é quase totalmente dedicado ao debate que hoje se trava no país sobre a sucessão presidencial. Conscientes de que esta é a principal batalha que temos pela frente nos próximos meses até o final do 2º turno, reservamos este espaço de informação e debate que é o Jornal da entidade para a livre manifestação de colegas a respeito dos diferentes candidatos. Neste número, além de artigos de professores, publicamos as propostas de 3 candidatos, para a Educação, Universidade, Ciência e Tecnologia: Mário Covas do PSDB, Roberto Freire do PCB e Lula da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B). Essas propostas deverão contribuir em muito para o debate político e para a compreensão das diferentes opções não só para esses problemas es-

pecíficos mas para o conjunto de problemas que afetam nosso país.

A ADUNICAMP espera haver contribuído com este debate principalmente neste 1º turno. O Jornal continuará, após 15 de novembro, a travar o debate sobre os caminhos que se colocam para o país uma vez definidos os dois candidatos no 1º turno. Não há como fugir da discussão. A demarcação nítida dos campos em que jogam as diferentes candidaturas e seus projetos políticos é tarefa inadiável e irrecusável por parte da ADUNICAMP. É nosso papel, ao mesmo tempo divulgar as propostas progressistas de candidatos comprometidos com a democracia e denunciar as manobras e as farsas dos que pretendem continuar aprofundando a crise econômica e política em que estamos mergulhados. Esperamos ter contribuído com essa compreensão.

Autonomia e eleição de reitor

A Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro último consagrou, em seu Art. 254 o pleno exercício da Autonomia Universitária, já garantida pela Constituição Federal, através do seguinte dispositivo:

"A autonomia da Universidade será exercida respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados os seguintes princípios:

I — utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares quanto atividades de extensão;

II — representação e participação de todos os segmentos da comunidade interna nos órgãos decisórios e na escolha de dirigentes, na forma de seus estatutos;

Parágrafo único: A lei criará formas de participação da sociedade, por meio de instâncias públicas externas à universidade, na avaliação do desempenho e na gestão dos seus recursos.

Com a aprovação deste artigo deixam de existir os impedimentos legais que dispunham sobre a necessidade de organização de lista tripartite pelo CONSU e seu envio ao Governador, a quem cabia a escolha final dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas. Essa limitação, imposta pela Lei de Diretrizes e Bases, foi sempre alegada quando a comunidade,

em vários simpósios sobre Institucionalização, reivindicava para o interior da Universidade, a eleição de Reitor.

Hoje, sem essas limitações, criam-se as condições para um debate aberto e democrático sobre as expectativas da comunidade universitária e os anseios pela democratização da forma de escolha do reitor tantas vezes manifesta em sucessivas Consultas realizadas pelas sucessivas diretorias da ADUNICAMP.

Atendendo solicitação das instâncias da entidade, em especial recomendação do Conselho de Representantes, parte da Representação Docente no CONSU apresentou, no último dia 3 de outubro, proposta de modificação dos Estatutos da UNICAMP no que diz respeito à escolha do Reitor. Essa proposta, será apresentada para votação na próxima reunião do Conselho Universitário a realizar-se em novembro. Isto vai exigir de toda a comunidade, todas as Congregações e todas as instâncias institucionais e das entidades representativas dos professores, funcionários e estudantes, ampla discussão e um posicionamento real sobre os rumos a serem seguidos pela UNICAMP na próxima eleição de Reitor.

Do ponto de vista da entidade e dos anseios dos professores já expressos com clareza na última Consulta realizada em 4 e 5 de julho, nossa proposta é clara:

O processo de escolha do Reitor da UNICAMP deve esgotar no interior da Universidade através de eleição direta, realizada em dois turnos, na proporção de 3/5, 1/5, 1/5 para professores, funcionários e estudantes.

A defesa da plena autonomia da universidade vincula-se à sua luta por liberar-se das ingerências do poder do Estado e das influências político-partidárias externas e alheias aos interesses acadêmicos, condição sine qua non para poder estreitar e aprofundar seus vínculos com outros da sociedade e avaliar seu compromisso social com os interesses nacionais, com a independência e a soberania do país.

A ADUNICAMP tem clareza de que essa discussão é maior do que a luta por DIRETAS PARA REITOR. Ela pressupõe a redefinição de rumos para a Universidade, a transparência da gestão dos recursos, a disposição da comunidade em avaliar o trabalho acadêmico e científico, a disposição da administração e da Reitoria em tornar claros os critérios de alocação e distribuição dos recursos orçamentários eliminando-se os riscos do cleitismo e do favoritismo. Pressupõe também a disposição da comunidade e em especial dos nossos representantes no Conselho Universitário de discutir profundamente nossos Estatutos e avançar em propostas que contemplem a descentralização do po-

der político, o reforço dos órgãos colegiados — Congregações e CONSU — e a diminuição do poder da Administração e da Reitoria em benefício de uma administração baseada na transparência, na necessidade de prestação de contas e principalmente no aumento da participação efetiva de todos os segmentos nas discussões sobre os destinos do trabalho acadêmico e científico que se desenvolve no interior da UNICAMP.

Estes pontos serão certamente lembrados quando dos debates com os candidatos a Reitor. Mas para que a comunidade possa optar livremente e interferir decisivamente nesses debates e acreditar nas alternativas propostas, é essencial que caiba a nós professores, funcionários e estudantes sem a interferência do Governador na autonomia tão duramente conquistada a escolha do próximo Reitor e do projeto de Universidade que queremos e podemos construir.

Acompanhando a vontade de mudanças que hoje move todo o país, a UNICAMP, através de todos os setores institucionais e representativos, pode e deve dar uma resposta à altura de nossas expectativas e de seu compromisso com a sociedade. Analisando dessa maneira podemos nos perguntar já sabendo da obviedade da resposta: será que o Governador Quêrcia tem alguma coisa a ver com este projeto?

Proposta de alteração dos estatutos

Proposta Também Assinada por Todos os Representantes dos Funcionários Técnicos e Administrativos e Todos os Estudantes Membros do Conselho Universitário.

I.) As alíneas "g", "h" e "i" do Artigo 45-A-I dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas passam a ter a seguinte redação:

g) Organizar a eleição direta do Reitor pelos três segmentos da comunidade universitária, corpo docente, corpo dos servidores técnicos e administrativos e corpo discente.

h) Homologar o resultado da eleição de Reitor.

i) Dar posse ao Reitor da Universidade.

II.) As alíneas de "h" a "z" do Artigo 45-A-I dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas passam a ser designadas alíneas "j", "k",....

Proposta Apresentada Apenas Pela Representação Docente:

A alínea "g" do Artigo 45-A-I dos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas ficará acrescida de:

Na eleição será considerado o voto ponderado dos três segmentos, fixado o peso de 3/5 para o voto da categoria docente, o peso de 1/5 para o voto de categoria dos servidores técnicos e administrativos e o peso de 1/5 para o voto da categoria discente. O voto de uma categoria, por candidato votado, será entendido como a relação entre o número de votos por ele recebido e o número total de eleitores qualificados para votar na respectiva categoria.

Prof. Roberto Teixeira Mendes - Rep. Doc. Nível MS-2
 Profa. Maria Luiza M. Branchini - Rep. Doc. Nível MS-2
 Prof. Sílvio A. Pregnotatto - Rep. Doc. Nível MS-2 (Suplente)
 Profa. Leila Peres - Rep. Doc. Nível MS-2 (Suplente)
 Profa. Elsa Cotrim Soares - Rep. Doc. Nível MS-3
 Prof. Luiz Jacinto da Silva - Rep. Doc. Nível MS-3
 Profa. Pilar R. Massaguer - Rep. Doc. Nível MS-3 (Suplente)
 Profa. Ítala M.L. D'Ottaviano - Rep. Doc. Nível MS-4
 Prof. Antonio F. S. Penna - Rep. Doc. Nível MS-4
 Prof. Francisco B. T. Pessine - Rep. Doc. Nível MS-4 (Suplente)
 Prof. Raul Vinhas Ribeiro - Rep. Doc. Nível MS-4 (Suplente)
 Prof. Guilherme G.C. Oyarzun - Rep. Doc. Nível MS-5
 Prof. Luís C. Guedes Pinto - Rep. Doc. Nível MS-5 (Suplente)
 Prof. Yaro Burian - Rep. Doc. Nível MS-6 (Suplente)

EXPEDIENTE

Diretoria

Helena C.L. de Freitas - Presidente
 Francisco Hideo Aoki - 1º Vice
 João F. C. A. Meyer -
 2º Vice Tania Maria Alkmin - 1ª Secretária
 Maria Alice Garcia - 2ª Secretária
 Luiz Carlos de Almeida - 1º Tesoureiro
 Wilson de F. Jardim - 2º Tesoureiro
 Antonio C.S. Algarte - Dir. Adm.
 Luiz Fernando Milanez - Dir. Imprensa
 Raquel Negrão Cavalcante
 Dir. Cultural

Planejamento Visual Gráfico

 **ALTERNATIVA**
 Assessoria de Comunicação

Rua Alberto Belintane, 41 - Fone:
 53-4863
 Campinas-SP

"Jornal Adunicamp"

Publicação bimestral de Adunicamp
 Associação dos Docentes da Unicamp.
 Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
 CP 6158 - Campinas-SP
 Telefones: (0192) 39.1148 e 39.1301 r.
 3152

Editores

Milanez (Adunicamp); Chefinho (FEE)
 Trigueiros (IFGW)
Jornalista Responsável
 Gilberto Gonçalves - MTPS 11.576

CARREIRA

Tempo integral e dedicação exclusiva

A Universidade precisa, sem dúvida alguma, do regime de tempo integral e de dedicação à pesquisa (RDIDP). Historicamente e de fato, tem-se observado que o desenvolvimento de pesquisas depende de um trabalho que requer tempo e se realiza acumulativamente em longos períodos de tempo. Ainda mais, a ciência necessita da formação de grupos de especialistas, onde as idéias são discutidas e novas propostas formuladas. O gênio individual é uma exceção e não deve ser uma predileção da Universidade. O trabalho coletivo, fruto do esforço de cada um é o que mais conta.

Dentro desse espírito, a Universidade deveria incentivar a todos os professores a trabalharem em regime de tempo integral. Além de permitir uma dedicação adequada à pesquisa, o tempo integral favorece o trabalho docente, no qual os professores irão não só formar futuros pesquisadores e especialistas, como também transformar sua prática de trabalho e seus conhecimentos, oriundos de suas pesquisas, em atividades de formação, sobretudo, em níveis de pós-graduação.

O tempo integral marca um professor como pertencendo a uma determinada instituição, a um determinado grupo de pesquisadores, a um determinado projeto. Esse caráter exclusivista exige, em troca, que a Universidade lhe dê as condições adequadas de trabalho, de salário e de recursos materiais para a realização do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.

Não se deveria confundir tempo integral com dedicação exclusiva à pesquisa. A Universidade é uma instituição de ensino e pesquisa e, para cumprir a sua missão, necessita que os seus professores realizem essas duas coisas. Deve haver um equilíbrio e uma justa medida para esses dois ideais. Porém, não deve perturbar a Universidade (e nem ser

objeto de lei), o fato de alguém se dedicar (quase que) exclusivamente à pesquisa ou a docência. Essa opção individual não pode, contudo, quebrar o equilíbrio institucional desses dois ideais.

Impor a certas pessoas a obrigação regulamentar de produzir x número de publicações, de trabalhos, de mostrar resultados concluídos com data marcada (por fins burocráticos), ou, por outro lado, que dê x cursos por ano, na graduação e na pós, é desfigurar a natureza da Universidade e fazer dela uma Empresa. O equilíbrio entre a pesquisa e a docência é algo que precisa ser planejado na política acadêmica que cada departamento decide realizar. O exposto acima não significa que a Universidade vai abrir mão da competência de seus professores, nem do trabalho de pesquisa, nem do trabalho docente de ninguém. Cada um deve pagar o salário que recebe com um trabalho equivalente e atendendo aos altos interesses da Universidade.

A atividade acadêmica é muito diferente do trabalho empresarial. Uma empresa pode trabalhar com relógio-ponto, com controle de cartão ou livro-ponto, o que é conveniente para o trabalhador, porque fora do horário de seu expediente, pode ignorar suas obrigações de trabalho. Na Universidade, o tempo que os pesquisadores e docentes gastam em casa, fora do horário de expediente, trabalhando em seus projetos e preparando suas aulas é, em geral, muito grande. Se se fizesse uma pesquisa séria nesse sentido, certamente, iríamos constatar que muitos professores, de fato, trabalham muito mais de 40 horas por semana.

Isso tudo, com efeito, mostra que não faz sentido querer controlar a vida acadêmica com relógio-ponto e similares. A Universidade tem uma dinâmica própria de trabalho,

um ritmo que precisa ser respeitado. Porém, junto com esse "modus vivendi", criado pela tradição, aparecem alguns problemas. Certamente, não será impossível encontrar quem não faça quase nada, estando em casa ou estando na Universidade, com relógio-ponto ou sem ele. Menos grave, mas ainda problemático, é a grande ausência de professores no horário de expediente da Universidade, trazendo inúmeros problemas.

A presença física dos professores é necessária não só para cumprir um horário de aulas, como também para participar de comissões, para discutir a vida acadêmica nos órgãos colegiados (afinal, sempre reivindicamos poder decidir sobre a política acadêmica e os caminhos da Universidade...), para planejar encontros científicos, para participar de palestras, conferências, colóquios, para atender aos alunos e aos colegas, e até mesmo para abrir um espaço para que a comunidade dialogue com a Universidade, atendendo às pessoas que precisem da ajuda que a Universidade pode dar.

Embora alguns professores realizem melhor alguns de seus trabalhos em casa, isso não é razão para ficarem ausentes da Universidade, da vida acadêmica que acontece no Campus, aparecendo apenas um ou outro dia por semana. Por outro lado, seria desastroso obrigar os professores a estarem no Campus as 40 horas semanais. Em tudo isso, há a necessidade de um equilíbrio, guiado pelo bom-senso e por uma política acadêmica claramente definida pelos departamentos.

A questão mais séria, ligada ao tempo integral, é a dedicação exclusiva. Na minha opinião, isso deveria significar não ter dois empregos e não simplesmente não poder prestar serviços ocasionais (remunerados ou não) fora da Universidade. Para quem precisar ter dois empregos, há

o regime de tempo parcial e o turno completo.

Muitas atividades científicas e culturais, realizadas fora da Universidade, são fundamentais para a sua existência, como a participação em encontros científicos e culturais. No mesmo sentido, acho que fazer palestras, dar cursos de breve duração, prestar assessorias, etc., não só não forem o que deve ser o RDIDP, como são de grande importância para incentivar o que se faz dentro da Universidade. Quando devidamente planejadas, essas atividades não atrapalham as demais que devem ser realizadas na rotina da vida acadêmica. A Universidade pode e deve compartilhar seus conhecimentos com a comunidade. Essas atividades de prestação de serviço fora da Universidade, implicam, em certo momento, um trabalho fora do Campus, mas nem por isso, desvirtuam o caráter acadêmico desse trabalho. Seria lamentável que a Universidade se fechasse dentro de seu casulo, esperando partir uma belíssima borboleta, um dia. Não só os estudos tecnológicos, mas também os das ciências humanas e das artes necessita, eventualmente, de serem postos em prática na vida da sociedade, até mesmo para se julgar de sua importância.

Finalmente, os relatórios dos professores devem mostrar a transparência do que fazem, como fazem, a importância e o volume do trabalho realizado.

A avaliação do RDIDP tem que ser feita dentro do espírito de competência e de dedicação de quem é julgado e não privilegiando índices numéricos ou simples preenchimento de fichas onde aparecem apenas títulos e rótulos de trabalhos, sem uma análise de seu conteúdo.

Luiz Carlos Cagliari - IEL

ROBERTO



Política científica e tecnológica e projeto nacional

As inovações tecnológicas não são apenas resultados das iniciativas dos chamados empresários dinâmicos, mas também do trabalho incansável de inúmeros cientistas e pesquisadores. Dessa forma, a ciência e a tecnologia interagem numa relação dialética, que contribui tanto para a elevação da produtividade social como para o desenvolvimento da sociedade em termos políticos e culturais.

Para que se alcance o desenvolvimento científico e tecnológico é necessário que o Estado promova a ampliação e o uso dos conhecimentos gerados na sociedade. Ou seja, é necessário que o Estado assuma a responsabilidade pela implementação do planejamento em pesquisa e desenvolvimento e de uma política científica e tecnológica. Esta, para alcançar seus objetivos, deve inserir-se no contexto da política econômica e social, conjugando-se às políticas setoriais para a indústria e agropecuária.

O estabelecimento de um processo de tal magnitude exige, em primeiro lugar, que haja determinação política para tanto. Em segundo lugar, que sejam traçadas estratégias, planos e programas com metas e objetivos claramente definidos pelo governo. Em terceiro lugar, que sejam alocados recursos destinados ao financiamento da pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia.

Nosso País, ao mesmo tempo em que ostenta o título de sétimo PIB mundial, apresenta indicadores de pobreza similares aos das nações mais pobres do mundo. Tais indicadores mostram profundas desigualdades na distribuição da renda nacional e baixos índices de educação e saúde, tão conhecidos dos cientistas, políticos, empresários e do Governo. Não se pretende com isso dizer que o avanço da ciência e da técnica irá, por si só, resolver o problema da miséria nacional. Este é um problema de natureza política. O desenvolvimento da Ciência e Tecnologia beneficiará as camadas sociais desfavorecidas da população da medida da correlação de forças sociais, e da capacidade dos trabalhadores em ampliar seu espaço de influência nos aparelhos do Estado.

Assim, a estratégia para o desenvolvimento em Ciência e Tecnologia deve ser concebida como parte integrante de um projeto nacional, defendido por um bloco de forças democráticas e progressistas, que tenha como objetivo a conquista do poder político e a melhoria

progressiva das condições de vida da população. Para tanto, a ampliação e melhoria das atividades científicas e tecnológicas têm papel fundamental. No entanto, isto somente será possível mediante uma ampla reformulação no sistema educacional e de formação de recursos humanos do País, sem o que não será possível o acesso de grandes contingentes da população aos benefícios do conhecimento. Além disso, sem o aumento da capacidade e da qualidade das instituições de ensino e pesquisa, não será possível a formação de trabalhadores, cientistas e tecnólogos qualificados para as necessidades do setor produtivo nacional, e a geração do conhecimento se fará principalmente nos países avançados, prolongando indefinidamente a dependência tecnológica do País.

Pode-se dizer, que a estratégia adotada para o desenvolvimento econômico do Brasil, teve como objetivo a implantação de uma estrutura produtiva similar à dos países industrializados do mundo capitalista, sem atentar devidamente para os graves problemas de natureza sócio-econômica do País. Neste contexto, a política científica e tecnológica voltou-se para a modernização e/ou implantação de setores de tecnologia avançada, em segmentos onde os países centrais já haviam obtido vantagem significativa em termos de progresso técnico. O resultado foi a implantação de uma agricultura cuja dinâmica deve-se mais ao aumento da área plantada do que ao crescimento da produtividade e de um parque industrial heterogêneo e complexo, com grande potencial de desenvolvimento, porém com poucas vinculações com os institutos de pesquisa e universidades e estrangulado pela carência de recursos humanos da área científica e tecnológica e pelo baixo nível de qualificação da mão-de-obra fruto da pobreza e da miséria de grande parte da população e de um sistema educacional subdesenvolvido e em crise permanente.

Objetivos Gerais

A implementação de uma política científica e tecnológica consistente deve, antes de tudo, resultar de forte determinação do governo, ao qual caberá a responsabilidade de ajustá-la às demais políticas setoriais e à política econômica e social do país. Tal esforço visa promover a ampliação quantitativa e qualitativa de nossos centros de pesquisa e desenvolvimento, o desenvolvimento da

base produtiva da sociedade e a melhoria da qualidade de vida da população. Estes devem ser os grandes objetivos da atividade científica e tecnológica do Brasil.

Eliminação dos Pontos de Estrangulamento

Para sua consecução, faz-se necessário eliminar, inicialmente os pontos de estrangulamento na estrutura institucional e no sistema de financiamento à pesquisa do País. Quanto à estrutura institucional, torna-se necessária uma ampla reforma no sentido de eliminar superposições de organismos e instituições que disputam, nas esferas políticas e administrativas, os recursos de uma única fonte que é a própria União. Tais recursos destinam-se, quase sempre, a atender os mesmos objetivos, ou seja, o financiamento à pesquisa individual e institucional. Ainda nesse campo, necessário se faz que, as atividades científicas e tecnológicas, mesmo formalmente descentralizadas e até mesmo vinculadas a outros órgãos da administração pública federal, subordinem-se à uma única coordenação, com efetiva capacidade para implementar as diretrizes da política científica e tecnológica.

No que concerne ao sistema de financiamento, é necessária também uma ampla revisão dos instrumentos financeiros utilizados pelo Estado na área de Ciência e Tecnologia, no sentido de aumentar os recursos disponíveis para: ampliação e melhoria dos centros de pesquisa e desenvolvimento dos institutos, universidades e empresas estatais; formação de recursos humanos no País e no exterior e estímulo à atividade de pesquisa científica e tecnológica. Ao mesmo tempo deveriam ser eliminados os instrumentos de financiamento a atividades de baixo retorno, criados no passado, para o atendimento de pressões corporativistas e clientelistas. Seria também necessária a criação de sistemas eficientes de monitoria e avaliação, no sentido de verificar os resultados obtidos pelos programas e projetos institucionais financiados pelos organismos de fomento.

Medidas e Política

Uma vez restaurado o poder de negociação do organismo responsável pela Ciência e Tecnologia no País, equacionado o problema de financiamento à pesquisa e desenvolvimento e implantadas as reformas na estrutura institucional e no sistema de financiamento, seria possível a implantação do planejam-

to em ciência e tecnologia e assegurada a implementação das medidas de política científica e tecnológica, ou seja:

restauração do papel da universidade pública como centro de produção científica e de formação de recursos humanos:

- restauração do papel da universidade pública como centro de produção científica e de formação de recursos humanos;

- recuperação e atualização da capacidade de laboratórios, bibliotecas e outras instalações das universidades públicas, institutos de pesquisa e centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas estatais do setor produtivo;

- concessão de bolsas de formação no País e revisão de seus valores, no sentido de incentivar a dedicação exclusiva aos trabalhos de pesquisas;

- concessão de bolsas de aperfeiçoamento e pós-graduação no exterior, a partir das necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico nacional;

- estímulo ao desenvolvimento da pesquisa fundamental e aplicada em áreas prioritárias detalhadas pelo planejamento em ciência e tecnologia;

- estímulo à aproximação entre o setor privado e os institutos de pesquisa, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas estatais, promovendo a integração entre comunidade científica e tecnológica, governo e empresariado;

- incentivos especiais a projetos que possam melhorar a produtividade e competitividade de produtos nacionais no País no mercado internacional;

- melhoria do sistema de controle de qualidade de produtos brasileiros, no sentido dos interesses do consumidor nacional e da conquista de mercados externos;

- ampliação do sistema de divulgação da produção científica e tecnológica, tornando-o acessível ao empresariado e outros interesses na sociedade brasileira.

Cabe, finalmente, acrescentar que a efetivação de tais medidas, somente será possível mediante a implantação de um plano nacional de ciência e tecnologia, com objetivos e metas bem delimitados e recursos financeiros assegurados, contemplando horizontes de curto, médio e longo prazos, contando ainda, para sua formulação, com a colaboração de representantes da sociedade civil em geral e da comunidade científica e tecnológica em particular.

MÁRIO



Política educacional, científica e tecnológica

1. CONTEÚDO POLÍTICO

A proposta política social democrata deverá balisar as diretrizes da ação do Estado em Educação, Ciência e Tecnologia. A social democracia implica liberdade com igualdade, pressupõe direitos sociais compatibilizados com os direitos individuais, requer universalidade dos benefícios das políticas sociais. Nos países em que esta proposta política já atingiu significativo estágio de evolução, as seguintes características, entre outras, podem ser observadas:

- a) A sociedade encontra-se atendida em termos de suas necessidades básicas (educação, saúde, habitação, alimentação, transportes, lazer, seguridade social);
- b) Os custos de mão-de-obra representam, em relação aos custos totais da produção de bens e serviços, parcelas bem mais significativas; salários relativos maiores exigem maior produtividade dos fatores de produção e, em geral, margens de contribuição menores para o capital, compensadas pelo maior volume de negócios que a própria distribuição de renda propicia;
- c) Alto nível de participação social, respaldada pelo desempenho tempestivo e eficaz da justiça;
- d) A presença do Estado é executiva no atendimento às necessidades básicas; geralmente **normativa** nas atividades econômicas; mas capaz de intervir para a correção de rumos do desenvolvimento ou para a defesa dos interesses da maioria;
- e) Alto nível de integração econômica internacional.

Em sociedades com tais características, onde os fatores de produção são remunerados com mais justiça e equilíbrio, produtividade e eficiência são exigidas nas diversas atividades econômicas e sociais; nelas, portanto, o progresso técnico e científico tem um papel estratégico permanente e essencial.

2. POLÍTICA EDUCACIONAL

O pressuposto fundamental para que o Brasil venha a ser uma nação moderna progressista, com melhor distribuição de renda e maior capacidade tecnológi-

ca, é que ocorra uma verdadeira revolução educacional. Para tanto, é necessário levar adiante uma política centrada na valorização do professor, na sua formação, treinamento, reciclagem e bons salários, bem como realizar uma política que, numa vertente, universalize, de fato, a educação fundamental e, na outra, não se acanhe em investir maciçamente na formação de centros e pessoal de alto nível.

Tudo isso com a consciência plena de que tanto na produção da ciência e da cultura — na vanguarda — quanto na ministração do ensino e do treinamento, há dois fatores essenciais: a chama de quem crê no que está fazendo e a relação criadora entre aluno e professor. Não se precisa de monumentos de cimento armado para ensinar. Precisa-se de atenção ao professor, crença na missão e acesso democrático à escola. Só bons salários e recursos para a pesquisa e o ensino não resolvem o problema educacional. É preciso acreditar, agir e transformar. Mas sem condições de trabalho, e sem respeito à dignidade da função de quem ensina, tampouco entraremos no século XXI como uma sociedade onde a educação deixou de ser privilégio.

2.1. ENSINO DE 1º E 2º GRAU

O ensino básico continua sendo a questão fundamental da educação brasileira, contudo, não basta apenas o diagnóstico, até porque é conhecido: nem o discurso, porque já desacreditado. A verdade é que sem a mobilização e efetiva participação da comunidade interna e externa à escola com o objetivo claro de resolver pela base o problema do ensino não haverá sucesso em qualquer política educacional. O PSDB assume o compromisso com a luta pela melhoria do ensino público através de uma verdadeira revolução educacional. No entendimento da Social-Democracia Brasileira, isso implica no reconhecimento da educação como uma das áreas nas quais é decisiva a presença do Estado, em suas várias instâncias.

Sendo o ensino fundamental a questão básica a ser enfrentada, e sendo conhecido o diagnóstico sobre suas defi-

ciências, a política educacional, neste grau, deve concentrar-se em 3 pontos:

- a) garantia de maior permanência do aluno na escola, buscando a meta de permanência em tempo integral;
- b) definição de um conteúdo mínimo comum para o ensino fundamental em todo o país, respeitando também os valores culturais de cada região e a realidade social do aluno;
- c) valorização do magistério, através de uma carreira funcional unificada, o compromisso com o concurso público e salário profissional compatível com a habilitação do professor.

2.2. ENSINO SUPERIOR

Nas últimas décadas, a demanda por ensino superior tem sido atendida através da ampliação absoluta e relativa do setor privado. As instituições públicas vêm atendendo a uma parcela decrescente dos estudantes matriculados no 3º grau. Essa tendência precisa ser invertida. O Estado deve enfrentar a tarefa própria de todas as sociedades modernas, que é a de transformação do ensino superior. Hoje ele não pode mais ser pensado como servindo apenas a uma elite mas é, cada vez mais, um ensino de massa.

A Constituição Federal define as universidades pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e lhes garante autonomia. É necessário que a Constituição seja respeitada no seu espírito. Para que isso ocorra, é preciso reforçar os liames entre a Universidade e a Sociedade, por meio da formação de recursos humanos do mais alto nível, o desenvolvimento de pesquisas, o atendimento a problemas da Comunidade, e colaborar com a formação, capacitação e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Grau. Para que haja uma autonomia real é imprescindível promover sua democratização com a participação da comunidade acadêmica na formulação da política e no processo decisório que fornece os rumos da instituição. Respeitada a autonomia das universidades e aceitando o pluralismo de soluções, a política educacional deve ser dirigida no sentido de estimular a subordinação

dos órgãos executivos aos normativos e a constituição de colegiados representativos, escolhidos de forma a garantir a participação das lideranças científicas e acadêmicas.

3. POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O desenvolvimento científico e tecnológico é prioritário e indispensável para que o país possa alcançar a sua autonomia político-econômica.

O apoio ao desenvolvimento científico tem como condição básica a formação de pesquisadores competentes e a oferta de condições de infraestrutura e de financiamento para que possam desenvolver a sua atividade de pesquisa com a qualidade e a continuidade necessárias.

O apoio à atividade científica deve abranger todas as áreas do conhecimento. Ao par deste apoio pluralístico é desejável dar apoio específico a temas que sejam de maior relevância para o desenvolvimento econômico e social.

A atividade de pesquisa deve desenvolver-se em: - Universidades e outras instituições do ensino, pois é essencial à formação de profissionais competentes e novos pesquisadores;

- Institutos de pesquisas com finalidades específicas;

- Em empresas públicas e privadas como contribuição para a solução de problemas e desenvolvimento de novos serviços e produtos.

Ao Estado cabe promover e financiar a pesquisa nas universidades e instituições públicas de ensino e nos institutos de objetivos específicos, nas companhias estatais, e na empresa privada. Isto significa fomentar recursos humanos, reforçar a infraestrutura e prover a orçamentação compatível com os programas que tem prioridade no governo.

O Estado apoiará a empresa nacional em seu esforço em busca da autonomia tecnológica e estabelecerá controles flexíveis para o capital internacional dando-lhe oportunidade de contribuir para o desenvolvimento tecnológico brasileiro, seja através de empresas transnacionais ou de associações destas com empresas nacionais.

LULA



Reestruturar todos os níveis

A Frente Brasil Popular entende que a educação do Brasil precisa passar por uma reestruturação global, que envolva desde o combate ao analfabetismo à evasão escolar e à insuficiência da rede básica de ensino, até o ensino superior e as pesquisas que são realizadas no País. A elevação do nível de ensino representa não apenas um imperativo de resgate da dívida social, mas também uma condição indispensável para assegurar a modernização e desenvolvimento do País.

REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

A primeira condição para que isso aconteça, sem dúvida, é o envolvimento dos profissionais da educação em todos os níveis, na reformulação da política educacional. Acreditamos que os trabalhadores da educação precisam de um piso nacional, um plano de carreira e da definição da jornada de trabalho digna, que permita ao docente tempo para pesquisa e preparação de aulas, além do atendimento ao estudante. Na preocupação de melhorar as condições de trabalho dos docentes, há a necessidade de assegurar formação, reciclagem e treinamento, para o que propomos convênios das escolas com as universidades e demais instituições ligadas ao ensino e à pesquisa.

Em segundo lugar, queremos deixar claro que nosso compromisso é com o ensino público, assegurando a todos os brasileiros o acesso à educação em todos os níveis. Para que isso seja possível o governo da Frente vai destinar os recursos públicos exclusivamente para o ensino público. Essa medida, além de atingir o ensino básico e secundário, é uma das maneiras da União e Estados suprirem a demanda necessária de vagas no ensino público universitário. Outras medidas que o governo tomará: — destinação de recursos superiores aos 18% da receita tributária, de modo a contemplar adequadamente as reais necessidades orçamentárias em educação sob a responsabili-

dade da União; — redefinição das prioridades de distribuição de recursos para que as atividades educacionais sejam privilegiadas e transparentemente atendidas; — criação de cursos noturnos nos estabelecimentos de ensino superior público, de modo a possibilitar o acesso dos trabalhadores e reverter, já nos primeiros anos de governo, o índice de matrículas nos cursos privados; — controle rigoroso realizado pela comunidade e pelos Conselhos de Desenvolvimento Educacional estaduais e federal, a partir da implantação de um Padrão Único de Qualidade de Ensino e da exigência do cumprimento desse Padrão. A rede privada terá que se adequar e cumprir os principais quesitos desse Padrão: plano de carreira e salários, obrigatoriedade de garantia de formação e reciclagem dos docentes, garantia da existência de condições mínimas de trabalho — instalações, material didático, número de alunos por sala de aula, jornada de trabalho compatível com o trabalho pedagógico —, e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os cursos que não se enquadrarem nesse padrão serão fechados. As "fábricas de diploma" não podem continuar existindo.

DEMOCRATIZAÇÃO

Na luta por um governo democrático e popular, a Frente tem como uma das orientações fundamentais a democratização da gestão educacional e a autonomia universitária. Por isso, somos favoráveis à eleição de diretores de 1º e 2º graus. Entendemos que a gestão da escola deve ficar a cargo do Conselho, eleito pela comunidade (professores, alunos, funcionários e pais), ficando a cargo do diretor executar a política educacional definida pelo Conselho.

O novo governo se compromete a respeitar os critérios de escolha e os nomes escolhidos para dirigir as universidades, pois é inadmissível a intervenção do Estado nesse setor. Além disso, compromete-se a discutir abertamente com as universidades seus planos e metas de governo, de forma a escolher

as contribuições do setor, e a assegurar a necessária priorização no campo da pesquisa, ensino e extensão, de projetos e cursos que respondem às prioridades de desenvolvimento do país, norteados por um novo modelo econômico e partindo das necessidades da maioria da população.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Já ficou amplamente demonstrado que inúmeros grupos de pesquisas no país, mesmo não tendo condições adequadas de trabalho, têm capacidade de produzir conhecimento científico e tecnológico nas diferentes áreas do saber. A Universidade pública desempenha um papel absolutamente central nesse contexto, respondendo por mais de 95% dos cursos de pós-graduação. O potencial de trabalho científico do pesquisador brasileiro é, portanto, muito promissor, embora o volume de pesquisas esteja muito aquém das possibilidades e dos desafios que estão colocados. A Frente Brasil Popular pretende, portanto dar condições para que todas as universidades públicas brasileiras se transformem em centros de excelência de produção e difusão do saber, levando em conta suas características regionais e priorizando as necessidades que afligem a grande maioria da população brasileira.

Em primeiro lugar, achamos necessário mudar a orientação da política científico-tecnológica. Não se trata mais de reproduzir o padrão de modernidade dos países desenvolvidos, mas de colocar a ciência e a tecnologia a serviço da superação das deficiências nutricionais, educacionais, de saúde e habitação da população brasileira. Através da definição clara desses objetivos, caberá ao Estado orientar os investimentos públicos para os setores que tragam reais benefícios ao país, assegurando às atividades de pesquisa o acesso ao que, de mais sofisticado houver em termos de produção intelectual e equipamentos. É importante reter formas de trabalho mais valorizadas no país, como a desenvolvidas em projetos de equi-

pamentos e produtos e a produção de bens de capital e de tecnologia de ponta selecionadas. É fundamental consolidar esse valorizado mercado de trabalho, inclusive porque isso interfere diretamente na inserção do Brasil no mercado internacional.

Cabe ao Estado estabelecer um conjunto de metas para remover restrições de natureza científica e/ou tecnológica à consecução de seu plano de desenvolvimento socio-econômico; selecionar as instituições de pesquisa encarregadas de alcançá-las, levantada poderá gerar modelos para a iniciativa privada, visto que é na indústria nacional que se encontram as maiores possibilidades de desenvolvimento tecnológico independente do controle do setor multinacional. Os recursos públicos deverão ser aplicados, portanto, por Institutos de Pesquisa, Universidades, Centros de Pesquisa de Empresas Estatais, com um incentivo simultâneo ao setor privado na utilização dos frutos dessas pesquisas. Deve-se também procurar maior aproximação de pesquisas aplicada desenvolvida pelas Universidades e centros às pequenas e médias empresas, com o objetivo de fazê-las mais eficientes e produtivas.

Quanto à cooperação de tecnologias de outros países, acreditamos que deva existir, mas subordinada ao interesse mútuo nos países envolvidos. A tecnologia hoje se desenvolve e evolui tão rapidamente que não há sentido em deixar de considerar os avanços dos outros países mais desenvolvidos, independente do regime sócio-econômico (excluídos os casos em que tal cooperação represente o reconhecimento de governos como o da África do Sul, por exemplo). As condições para que o governo da Frente Brasil Popular vá buscar cooperação tecnológica serão: — tecnologias que o Brasil não tem no momento e que sejam prioritárias para a sociedade, cuja necessidade seja de curto prazo e que os institutos de pesquisa brasileiros possam desenvolver a longo prazo. A meta, portanto, é a importação de tecnologia.

Exitus Corretora e Porto Seguro

Seguro de automóveis

Condições especiais para Adunicamp

- 1 — Desconto de 15% no preço
- 2 — Grátis alarme
- 3 — Grátis Brake Light
- 4 — Gravação do número do chassi nos vidros
- 5 — Atendimento nas unidades
- 6 — Plantão da corretora na Adunicamp

Consulte antes de fazer seguro

BRIZOLA

Um novo projeto para o Brasil



Além de um programa de governo, a candidatura Brizola apresenta uma proposta política para a nação profundamente enraizada na história do país. O projeto político do PDT é herdeiro das principais transformações progressistas que ocorreram no país a partir de 1930, em particular as lutas nacionalistas dos anos 50, e aquelas pelas reformas de base, no início da década de 60, interrompidas pela intervenção militar de 1964. Como a maioria dos movimentos latino-americanos de inspiração popular, o trabalhismo, ao contrário das vertentes comunistas, se desenvolveu de forma mais empírica, no contexto da evolução das lutas do país, até se tornar no principal partido político no pré 64. Hoje, filiado a Internacional Socialista, que tem em Brizola um de seus vice-presidentes, do trabalhismo se moderniza, e Brizola, por ter sido o único brasileiro, por eleição direta, a governar dois importantes estados, se capacita para liderar as importantes e complexas transformações que o país deve passar a partir da próxima eleição presidencial.

A premissa maior para a elaboração do

programa econômico do governo Brizola e a constatação de que as industrializações latino-americanas, e a brasileira em particular, fracassaram em relação aos interesses da Nação ao não conseguirem resolver os problemas da pobreza, do emprego e da promoção e absorção de tecnologia. E também por acentuarem as heterogeneidades estruturais do país e a dependência ao capital financeiro internacional, cuja fase mais visível é a atual dívida externa. A política social, em sua maior parte, é executada com as "sobras" do modelo excludente, e não como resultado de um projeto de desenvolvimento voltado aos interesses populares.

Nesse sentido, o objetivo central será a mudança do atual modelo econômico excludente e concentrador, que levou a uma profunda crise financeira do setor público. As políticas de estabilização deverão ser executadas conjuntamente com o início de mudanças profundas a nível externo e interno. As principais linhas mestras do programa de governo são as seguintes:

1) Renegociação drástica da dívida externa, além de se efetuar uma completa au-

ditoria, de forma a possibilitar uma redução do seu estoque, ampliação dos prazos de pagamento, e remessa dos juros desvinculada das flutuações das taxas internacionais, e em montante compatível com o crescimento interno e o nível das exportações.

2) Reforma do Estado, no sentido de se libertar dos "lobbies" privados e atuar de forma democrática e transparente, resgatando sua capacidade de planejamento e indução ao desenvolvimento econômico, social, e tecnológico, mantendo sua presença no setores estratégicos da economia e nos serviços públicos, cobrando eficiência às empresas estatais, e se desvincilhando dos "entulhos" relegados pelos governos autoritários;

3) Investir maciçamente nos programas sociais, em particular naqueles vinculados ao setor educacional básico, utilizando-se os modelos pedagógicos inaugurados com os CIEPs, e em projetos de assentamento rural-urbanos, de forma a propiciar a médio prazo a implantação de milhares de novas propriedades.

4) indução à retomada do crescimento

econômico autosustentado, a ser realizado de forma mais igualitária, com novas regras de combate à especulação financeira e incentivos ao investimento produtivo, renegociando a dívida pública interna de forma a alongar seu perfil de financiamento, complementado por um plano de emergência para estancar a inflação.

Enfim, o projeto de desenvolvimento do governo Brizola recolocar á a questão nacional de um ponto de vista popular e democrático, de forma a integrar-se soberanamente à economia internacional, "administrando" a absorção da modernidade de maneira a minimizar seus custos sociais, geralmente dramáticos para as economias capitalistas periféricas.

Márcio Wohlers de Almeida — IE

ULYSSES

Por que Ulysses?



1. Ulysses tem sido sempre um exemplo de retidão e integridade. Não há em sua vida pública qualquer acusação que coloque em questão sua honra e sua **honestidade**. Por esta razão, o candidato do PMDB é o homem certo para fazer frente à progressiva crise moral que vem tomando conta do país.

2. Ulysses tem dado abundantes provas de **desprendimento**, tendo sacrificado, especialmente nos últimos cinco anos, suas aspirações pessoais buscando acima de tudo garantir a transição democrática. Por causa disto tem sido penalizado pelo desgaste do Governo Sarney.

3. Ulysses tem demonstrado imensa **coragem** no enfrentamento das crises. Inúmeras vezes deu provas de bravura e intrepidez ao enfrentar os poderosos.

4. A **firmeza** de Ulysses na defesa dos princípios em que acredita é conhecida de todos e amplamente reconhecida até por seus adversários. Firmeza construída na corajosa resistência ao regime militar, quando aliou sempre a audácia à prudência e à sensatez. Distingue-se pelo equilíbrio que demonstra ao tratar dos problemas nacionais, o que certamente trará segurança e tranquilidade para a Nação. Ulysses tem experiência, adquirida em mais de 40 anos de vida pública. Ulysses não é um aventureiro!

5. Ulysses é **um homem de partido**. É o mais legítimo representante do que de melhor o PMDB tem em sua militância. É o candida-

to partidário por excelência. Ao contrário dos demais candidatos, Ulysses se identifica historicamente com o seu partido. Ulysses é o PMDB e o PMDB é Ulysses!

6. Ulysses não é somente o grande dirigente do PMDB. Ele tem também uma ampla capacidade de **articulação com a sociedade**, capacidade esta, incomparavelmente maior do que qualquer um de seus concorrentes. É este trânsito na sociedade, o respeito que adquiriu dos outros partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e dos empresários, das Igrejas e dos profissionais Liberais que dá a ele, a **autoridade** necessária para liderar a nação na busca das soluções para seus grandes problemas.

7. A atuação de Ulysses na Constituinte e o fato dele ter sido durante muitos anos um homem do parlamento lhe credenciam também para a enorme tarefa de governar com um Congresso soberano e forte. Somente o candidato do PMDB pode, baseando-se em sua inquestionável liderança no Congresso, **compor uma nova maioria** que permita governar sem crises e sem traumas institucionais.

8. O candidato do PMDB possui a **capacidade de comando** necessária para levar avante o Projeto Nacional que se imponha à brutal e complexa rede dos interesses particularistas existentes no Brasil. Capacidade de comando também necessária ao enquadramento e ao controle da máquina estatal pa-

ra fazer com que ela realmente funcione.

9. Somente Ulysses Guimarães dentre os candidatos à Presidência, pela sua experiência e pela sua autoridade, pode **enfrentar a grave crise de ingovernabilidade** que estamos atravessando.

10. Ulysses sempre foi um homem comprometido com o desenvolvimento! Nenhum outro dirigente nesse país tem mais condições do que Ulysses de montar **um Projeto de Desenvolvimento Econômico** que faça com que o Brasil volte a crescer e a progredir.

Ele tem condições de constituir um bloco de forças que leve o país a uma nova fase de desenvolvimento, possibilitando que nossa estrutura produtiva incorpore rapidamente a ciência e a tecnologia já disponíveis, adequando-a à revolução tecnológica em curso.

11. Ulysses é quem melhor representa a possibilidade de **modernização Do Estado Brasileiro**.

Ulysses, à frente do PMDB, somente agora terá a chance de, através de uma profunda reforma do Estado, promover ao mesmo tempo as reformas sociais necessárias e as liberdades democráticas inscritas na nova Constituição.

A capacidade de articulação nacional e internacional de Ulysses o torna o único candidato com perfil de estadista. Garantirá à sociedade brasileira a consolidação da de-

mocracia, conduzindo o país à modernidade.

12. Ulysses tem **experiência!** Passou grande parte da vida resolvendo crises. Ulysses não vacila na hora da decisão, a sabedoria, adquirida com esta experiência, faz dele o homem certo para enfrentar este difícil momento que o país atravessa.

13. Por que Ulysses? **Por tudo isto e porque o PMDB cumpriu as promessas de campanha.** Desde os anos de resistência à ditadura, o então MDB colocou como suas metas a instauração da democracia e o resgate da dívida social.

As próximas eleições presidenciais marcam o final do longo processo de transição à democracia, no qual o PMDB — tendo Ulysses à frente foi sem dúvida o ator principal. O PMDB já assegurou a cidadania política aos brasileiros. Falta agora erradicar a miséria, a ignorância e a doença! Falta também fazer o Brasil crescer novamente! Por isto é fundamental a vitória de Ulysses.

ULYSSES GUIMARÃES
PARA PRESIDENTE
WALDIR PIRES
PARA VICE-PRESIDENTE

Luciano Coutinho — IE

Texto produzido
pela assessoria do
Laboratório Nacional
de Computação Científica

Ennio Candotti e C&T no Brasil

— Qual é a situação do orçamento de C&T em 89?

Muito ruim. A suplementação necessária para que se possa chegar ao fim do ano é de 200 milhões de cruzados novos para o FNDCT e CNPq. A Seplan está, até agora, disposta a dar apenas 60 milhões. Dos quais 20 para a Coppe e PUC do Rio, 20 para o FNDCT e 20 para o CNPq. Isso significa extinguir o FNDCT. O que aliás é confirmado pela previsão orçamentária de 90: para o FNDCT, nada.

— E as perspectivas para 90?

O orçamento para 90 está muito abaixo do necessário. Fala-se de um teto de 600 milhões de cruzados novos! Ao que parece estão sendo negociados recursos junto ao BID da ordem do Bilhão de dólares a médio prazo e 200.000 já. Mas estes recursos exigem projetos (e portanto prioridades negociadas como Banco) e contrapartida nacional, isto é, recursos locais que serão canalizados para estes projetos. Se não tomarmos cuidado isto poderá significar um novo esvaziamento do FNDCT e do financiamento institucional às universidades.

— As constituintes de muitos estados aprovaram uma porcentagem de 1 a 2 ou até mesmo 3% para pesquisa científica. Isso muda o quadro?

Calcula-se que o total dos recursos canalizados para C&T nos estados será da ordem de 100 milhões de dólares, fora São Paulo. É uma quantia respeitável, da ordem do FNDCT. Além disso alguns bancos estaduais e bancos de desenvolvimento estão abrindo linhas de crédito para o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico. A descentralização das decisões, acréscito, beneficiarão muito o desenvolvimento científico das regiões. É a partir deste novo quadro que deverá ser pensada a política de C&T para o país.

— O Congresso é um novo interlocutor para a definição da política de C&T, e para o seu orçamento?

O Congresso deverá ser o centro da discussão Pública da política de C&T. Uma vez definidos os projetos e as prioridades caberá a ele garantir a continuidade, e evitar que os sobressaltos da vida política (mudanças de ministro, etc) acabem prejudicando a continuidade dos projetos de longo prazo. Os congressistas tem consciência disso. Recentemente uma delegação da SBPC foi ao Congresso discutir essa questão, junto com a suplementação orçamentária para este ano. Precisamos agora organizar um escritório da SBPC em Brasília de modo a poder acompanhar e informar o debate no Congresso. Um escritório que deverá estar a disposição de todas as sociedades científicas e que deverá reunir dados e informações úteis ao Congresso e à comunidade científica.

— Qual sua opinião sobre a situação atual da política de Informática?

É uma política que do ponto de vista industrial deu bons resultados: 300 empresas, 30.000 empregos, 3 bilhões de dólares de faturamento. É preciso agora - particularmente com o novo Planin - repensar a política de pesquisa e formação de recursos humanos. Até agora este aspecto da PNI não recebeu a mesma atenção que o industrial. Formamos pouca gente, nas áreas de ponta. Os laboratórios avançados são poucos e mal equipados. As próprias relações da comunidade com a SEI são por vezes conflitivas. Uns não entendem as razões dos outros. É muito importante que a indústria de informática cresça e absorva, em funções criativas, cada vez mais técnicos e engenheiros.

Antigamente nossos melhores alunos acabavam sua carreira como vendedores de indústrias multinacionais. Hoje as coisas mudaram.

— O que a SBPC está fazendo para promover esse novo diálogo?

Propusemos, juntamente com a Sociedade Brasileira de Computação, a criação de um conselho científico para estudar todas as solicitações submetidas à SEI para as universidades e laboratórios de pesquisa. Esta comissão deveria opinar sobre a qualidade dos projetos apresentados.

Tanto os que se beneficiam do artigo 23, que prevê a utilização de 5% do faturamento das multinacionais aqui instaladas, em projeto de pesquisa e desenvolvimento em informática (origem dos grandes computadores instalados em alguns centros) como também sobre as doações de equipamentos (previstos nos artigos 13 e 14), dedutíveis do imposto de renda, por quaisquer empresas instaladas no país.

O princípio que deverá orientar os trabalhos desta comissão é a qualidade, o mérito. Havendo competência tudo deve ser possível. Os melhores equipamentos devem estar a disposição de quem de fato, necessita deles em suas pesquisas, de informática ou não. Esta comissão terá grande responsabilidade e deverá ser formada pelos nossos melhores pesquisadores na área.

Considerando que o 5% do faturamento das multinacionais é um valor finito e as doações também, a comissão deverá procurar estabelecer prioridades e evitar desperdícios do uso dos recursos.

Deverá orientar a SEI na avaliação do que lhe é apresentado de modo que a efetiva competência das equipes e viabilidade dos projetos seja valorizada e não os títulos e as intenções.

Acredito que essa comissão poderá mudar radicalmente as relações entre a comunidade, a SEI e a política de informática.

— Você passou um ano na Argentina colaborando na implantação da Ciencia Hoy, como está este projeto?

É um período difícil para a ciência na Argentina. A nova administração desmontou o sistema de apoio de C&T, comitês, conselhos, prioridades.

Hoje há grande preocupação quanto à continuidade dos projetos iniciados. E novamente os melhores pesquisadores começam a pensar em deixar o país. Faltam recursos e perspectivas.

Ciencia Hoy é um polo de aglutinação de comunidade científica. Não apenas como revista, escrita, pensada e editada por argentinos como também é um centro onde se reúnem sociedades científicas para discutir questões de interesse comum. Está para sair o número 4 de Ciencia Hoy.

— E a integração latino-americana em ciência, é possível?

Possível não sei, mas certamente é desejável. Particularmente com a Argentina, seria muito importante. Juntos alcançaríamos massa crítica em muitas áreas: química, engenharia elétrica, física, matemática, biotecnologia. Devemos insistir na aproximação e superar a atual crise. Em futuro breve o Chile poderá se aproximar também. O Uruguai e outros países poderão participar dessa cooperação. Poderá haver maior intercâmbio de pesquisadores, alunos, Ciencia Hoy poderia ser o veículo desta integração.

Uma edição latino-americana nos permitiria conhecer a ciência, a história, a natureza dos países da região e debater conjuntamente os rumos do nosso desenvolvimento, ou pelo menos evitar que a América Latina se torne uma imensa ZPE (zona de processamento de exportações).

SEGUROS?

*automóvel
*vida
*Incêndio residencial

roubo residencial
*responsabilidade civil da família
*etc

JJC e ADUNICAMP

Oferecem a você toda orientação necessária para se fazer um seguro bem feito

Informe-se na secretaria da Adunicamp

Fone: 39.1148 ou ramal 3152

Diretamente com o nosso corretor Sr. Jean

Fones: (011) 259.8104 e 259.0359

Aos sábados: Fone: 31-2716 - Campinas

ORGANIZAÇÃO

Rumo à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

A discussão sobre a forma de sindicalização dos professores das Universidades Estaduais Paulistas é, hoje, uma questão polêmica. Desde outubro do ano passado, quando pela nova Constituição os funcionários públicos conquistaram o direito à sindicalização, acenderam-se no movimento docente várias questões que refletem antigas divergências e diferentes concepções sobre o movimento sindical. A sindicalização e a forma de organização dos docentes das Universidades Estaduais e das Universidades Brasileiras é uma delas.

Desde a sua fundação, em histórico Congresso realizado em Campinas, em fevereiro de 81, a ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — se propôs a representar os docentes das Universidades Brasileiras tanto públicas como privadas. Resultado de um longo processo de construção de Associações de Docentes em cada Universidade desde 78 (se não me falha a memória), a ANDES naquele momento canalizava as aspirações dos docentes das Universidades que, nas escolas públicas, não tinham direito a organizar-se em sindicatos e que nas particulares não encontravam um canal de manifestação e representação de luta e combatividade, já que os SINPROS se encontravam em poder dos pelegos atrelados à máquina sindical e à estrutura arcaica definida pela legislação trabalhista da época de Vargas.

A ANDES nasceu, assim, rompendo na prática com a velha estrutura sindical e estruturando-se, por local de trabalho, nas associações docentes — ADs — e nacionalmente através de uma Diretoria eleita diretamente a cada dois anos. A filiação à ANDES é feita pela AD após deliberação em Assembléia Geral sendo considerados associados todos os docentes que se associem às respectivas ADs.

Essa forma de estruturação da ANDES, dadas as dificuldades de representação dos professores do setor das particulares e à ainda incipiente organização do funcionalismo público nos diferentes estados, fez avançar significativamente o movimento docente nacionalmente. No entanto, contraditoriamente, foi essa mesma forma de organização que a partir de determinado momento dificultou a organização nacional de todos os setores — público-federal e estadual e privado.

A partir de 80 inicia-se nos diferentes SINPROS um processo de renovação das diretorias com a conquista dos sindicatos por setores mais avançados e de luta do movimento das particulares. Criam-se, em vários estados, as condições favoráveis para a organização inclusive de federações combativas, reunindo professores de pré a 3º grau. Ao mesmo tempo, a nível do funcionalismo

nos diferentes estados também ampliaram-se as entidades organizativas, inclusive intersindicais, fato que impõem ao movimento docente ao nível das Universidades Estaduais, a unidade com outros setores do funcionalismo em torno de bandeiras comuns na luta salarial e por melhoria das condições de trabalho. A ANDES fortaleceu seu enraizamento principalmente no interior das Universidades Federais, levando nacionalmente várias lutas em defesas da isonomia, de melhores salários e de mais verbas para as Universidades, contra o governo federal e a política educacional do MEC. Ainda nas particulares, ao mesmo tempo em que os SINPROS fortalecem sua penetração em várias IES encaminhando a luta econômica, os donos de escolas e as mantenedoras endurecem na repressão ao movimento docente e vários ADs são desarticuladas pela demissão de seus dirigentes, ocasionando sérios prejuízos ao movimento do setor das particulares da ANDES.

O quadro que temos hoje nos permite afirmar que a ANDES se fortaleceu e é significativamente representativa do setor das federais onde seu enraizamento, enquanto entidade, é maior. A sua transformação em Sindicato Nacional traz, no entanto, outras exigências e algumas dificuldades. A maior dificuldade é a recusa, por parte de sua direção, em aceitar uma forma de organização mais ampla como Confederação, que contemple as especificidades de cada setor e, ao mesmo tempo, aglutine nacionalmente o conjunto dos docentes das Universidades Públicas e privadas. E mais, que contemple uma forma de organização dos docentes e funcionários das Universidades e aponte para uma forma de organização dos 3 graus de ensino tanto público como particular, compreendendo também professores e funcionários.

O avanço na luta dos trabalhadores em nosso país aponta para a necessidade de **organizações sindicais nacionais por ramo de atividade**. Entendida a **educação como um ramo de atividade**, nós, professores universitários e os funcionários, deveríamos nos organizar como trabalhadores da educação, em conjunto com outros setores — particular e público — do 1º e 2º Graus.

Devemos ter claro, no entanto, as limitações impostas pela realidade. Os professores e funcionários das escolas públicas de 1º e 2º graus começam a se organizar, a nível dos diferentes estados, conjuntamente em sindicatos. A nível nacional encontram-se organizados na CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, a antiga CPB. A nível das particulares, existem hoje 37 SINPROS em todo país, que representam professores de 1º, 2º e 3º graus, 26 sindicatos de auxiliar de

administração escolar e 6 federações de professores e trabalhadores em estabelecimentos de ensino, além de algumas ADs filiadas à ANDES. No setor das Universidades Públicas, temos a ANDES a nível das federais e das estaduais, sendo que em algumas Universidades Estaduais existe a filiação dos docentes à AD e ao Sindicato, seja SINPRO (1º, 2º e 3º graus) ou setor público.

Nesse sentido, gostaria de apontar alguns caminhos e os passos necessários para concretizar essa organização:

1º) Devemos buscar uma forma de organização que contemple nossa unidade com os funcionários das Universidades, considerando inclusive que, com a nova situação criada a partir da Autonomia Universitária as questões salariais, de condições de trabalho e de desenvolvimento das Universidades deverão necessariamente ser encaminhadas conjuntamente.

2º) Devemos manter nossa organização **por Universidade** — ADs e ASs — e a **nível Estadual** procurar criar e fortalecer foruns municipais e/ou regionais de trabalhadores em educação das Universidades, de modo a articular a luta do setor público e do setor privado.

3º) Devemos buscar criar foruns nos mesmos níveis, que articulem os professores de 1º, 2º e 3º graus público e privado. Não está descartada a proposta de Federações — Estaduais ou Interestaduais — reunindo sindicatos municipais ou estaduais de professores e funcionários de escolas e de Universidades, e de trabalhadores de Educação onde se avançou para esta forma de organização.

4º) Lutar para que a ANDES caminhe no sentido de se transformar, em conjunto com a CNTE, na CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO SETOR PÚBLICO, buscando criar foruns unitários com o setor de 1º, 2º e 3º graus particular, apontando para uma única CONFEDERAÇÃO NACIONAL.

Sabemos das resistências no interior da ANDES com relação à estruturação na forma de Confederação, dadas as experiências existentes atualmente com relação às atuais confederações, atreladas à estrutura do estado. Entendemos, no entanto, que com a nova Constituição criam-se as condições para se promover profundas alterações no atual sistema confederativo. É verdade que os trabalhadores necessitam construir uma central Sindical unitária que unifique suas lutas a nível nacional. Esta é uma exigência do movimento sindical. Mas, além disso, precisamos contar com entidades estaduais e nacionais que tratem das especificidades das várias categorias e coordenem as campanhas específicas a nível nacional. Por esse

motivo, torna-se de fundamental importância a criação de federações — a nível estadual ou interestadual — e confederações **por ramo de atividade**.

Se é verdade que existem as confederações antidemocráticas e cupulistas, também é verdade que temos a experiência da antiga CPB — CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL — hoje CNTE — que conseguiu se firmar nos últimos anos como uma Confederação de luta e combativa que leva nacionalmente as lutas dos professores da rede pública de 1º e 2º graus, e que agora caminha para a unidade com os funcionários de escolas. Entendemos que não é a forma que define se uma organização é ou não democrática ou combativa, mas sim o seu conteúdo de luta. E este conteúdo por ser de luta e democrático, constrói a forma que melhor lhe sustente. Assim, não há porque não adotar a forma de confederativa, quando, na prática, a própria estrutura da ANDES lida com ela, quando estabelece que o **docente** se filie a ela **via Associação Docente**.

A **forma confederativa** e a nossa organização nacional **por ramo de atividade** fará avançar nossa luta em defesa do ensino público e gratuito, da Universidade autônoma e democrática, da democratização da vida nacional pelos interesses maiores do povo brasileiro. Sem sombra de dúvida, isso aumentaria nossa força e colocaria num patamar qualitativamente novo o movimento dos trabalhadores em educação de todos os níveis.

Finalizando, é importante reafirmar que qualquer que seja a forma de organização que os docentes das Universidades Estaduais Paulistas escolham, essa escolha deve ter sempre como norte o **fortalecimento do setor, o enraizamento nas bases e o avanço do movimento dos trabalhadores em educação** como forma de avançar para a unidade com os outros trabalhadores rumo à superação das condições de opressão e de exploração a que estamos submetidos na sociedade capitalista. Temos que superar a visão corporativista que é fortalecida com a forma de organização **por profissão ou categoria específica**, seja médicos, engenheiros ou professores universitários.

Qualquer que seja a forma, é importante também que as 3 ADs — ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP — que têm uma história de lutas conjuntas caminhem unitariamente, sem exclusivismos ou tentativa de hegemonização da discussão, compreendendo a importância da história mas também a perspectiva do futuro de nossa organização sindical.

Helena Costa Lopes de Freitas - FE

SINDICAL

ORGANIZAÇÃO

Sindicalização: unidade com autonomia

A possibilidade de sindicalização para os servidores públicos, estabelecida na Constituição Federal, é uma conquista da nossa luta. É necessária no entanto discutir as formas que devemos utilizar para dar expressão concreta a este direito. Ao longo dos últimos 30 anos o movimento social organizado no Brasil cresceu e se desenvolveu. Mesmo com as limitações que todos conhecemos para o exercício da democracia, seja social, econômica ou política, estes movimentos são hoje parte importante da garantia de possibilidade de avanço na construção de um Brasil efetivamente democrático. Neste processo, foram criados na luta, instrumentos novos de representação dos trabalhadores organizados: autonomia do aparelho do Estado, de partidos políticos e de todas as formas de poder institucional, juntamente com estrutura democrática e representativa de base, sustentada pela contribuição voluntária da própria base, se tornando padrões que hoje consideramos mínimos para uma entidade representativa de alguma categoria de trabalhadores. É clara a distinção entre as estruturas que, entre outros, o Movimento Docente construiu, tanto a nível estadual quanto nacional, e aquelas outorgadas pela ditadura Vargas através da CLT. É o exame cuidadoso desta estrutura, constituída pelas ANDES e pelas AD's, construída, testada e consolidada na luta por verbas e salários, na luta em defesa do Ensino Público Gratuito e da Universidade Pública, que deve fundamentar o nosso avanço em direção à sindicalização.

SINDICALIZAÇÃO É AVANÇO?

A sindicalização irá ampliar as nossas possibilidades de luta, incorporando uma dimensão jurídica de grande significado político. O reconhecimento de que o Estado, ou seu representante legal, faz o papel de 'patrão' e que são os sindicatos que representam os trabalhadores do setor público, deixará em foco um cenário que, particularmente nas Universidades, as reitorias têm se esforçado para embaçar: Uma vez sindicalizados, será o sindicato que nos representa, tome a forma que tomar, o único representante, legítimo e legal, que tem autoridade para negociar salários e assinar acordos em nome da categoria. Além disso, o dissídio significará a obrigação de negociação, evitando a enorme violência do "não negócio nem recebo" ou a enrolação do "recebo, não reconheço nem negócio só com vocês", a que estamos acostumados. É importante frisar no entanto, que apenas a declaração

de dissídio não é garantia para nada: os exemplos à nossa volta são muitos, mostrando que permanecem centrais a organização e a capacidade de luta da categoria.

A experiência acumulada no Paraná, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Brasília, assim como a luta no setor das universidades particulares, deverá ser mais divulgada e discutida no processo de deliberação sobre a forma de sindicalização que consideramos mais apropriada. Me parece claro, desde já, que devemos marchar em direção à consolidação de nossas estruturas e representação de categoria através da construção de sindicatos representativos de base.

Está claro que existe forças no interior da Universidade às quais a sindicalização não interessa. É bom lembrar que mais de 80% do orçamento das universidades está dedicado a pessoal, devendo ser negociado pelos sindicatos que representem os docentes e os funcionários. É claro que o poder para negociar nossos salários nunca deveria ter estado com alguém que não possuía mandato expresso para nos representar. Ainda assim devemos esperar um esforço de despolitização e atravessamento do debate, voltado para atrasar ou confundir a implantação da sindicalização. Deveremos estar atentos às estas iniciativas, contribuindo para a promoção de um amplo debate sobre esta questão, conforme planejamento conjunto já divulgado pelas AD's (ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP). Além disso a ANDES também tem um calendário de discussões do tema a nível nacional, que prepara deliberações e encaminhamentos em seu próximo Congresso, a ser realizado em Janeiro /90.

COMO SINDICALIZAR OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR?

Uma vez aprovado o direito à sindicalização dos servidores públicos, iniciou-se o debate sobre as formas mais adequadas para expressão concreta desta conquista. Surgiram várias idéias e propostas no interior do movimento organizado dos servidores públicos. Alguns propunham um sindicato único por nível de governo: municipal, estadual e federal. Outra idéia era por setores de atuação (saúde, educação, etc). também por nível de governo: por exemplo; um sindicato estadual dos trabalhadores em Educação Pública do Estado de S. Paulo, sucedâneo da APEDESP, CPP, AFUSE e outras enti-

dades do magistério e servidores da Educação.

No interior do Movimento Docente nacional esta discussão foi parametrizada pela realidade do que havíamos construído em árdua luta. As AD's e ANDES eram instrumentos de organização nacional e local dos docentes de ensino superior, baseados na articulação de estruturas democráticas de base e autônomas, tanto no que diz respeito aos poderes institucionais quanto em relação às estruturas deliberativas da ANDES.

O organismo responsável pelas deliberações, encaminhamentos e ações políticas de cada AD era sua Assembléia Geral. A história do nosso movimento é também a história da possibilidade de luta articulada a partir, não do mando centralizado, mas da organização solidária amparada na discussão política originária em cada AD. São inegáveis a força e os resultados práticos, do ponto de vista da defesa dos interesses específicos e gerais dos docentes, que resultaram deste esforço e experiência. Devemos registrar a novidade em que se constitui o Movimento Docente no cenário sindical brasileiro: organizações fortes e respeitadas, testadas na luta e que se articulam e organizam em entidade nacional cujo poder político se origina da capacidade de articulação e discussão política de seus membros. A última greve das estaduais paulistas, no segundo semestre de 88, demonstrou cabalmente esta maturidade e a força que possui. As AD's foram capazes de agir de forma unitária e significativa, mesmo tendo os docentes nas três universidades formas diversas de condução e deliberação nas suas respectivas AD's.

No Congresso Extraordinário da ANDES realizado no Rio de Janeiro em Novembro/88, convocado especificamente para este fim, o Movimento Docente nacional decidiu transformar a ANDES em Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, preservando toda extensão do princípio de autonomia que o caracteriza. Por força de dispositivos legais vigentes, as AD's seriam agora seções sindicais da ANDES-SN, mantendo todas as prerrogativas de autonomia, poder de negociação e controle de seu patrimônio que tinham anteriormente. O Congresso decidiu ainda que seria dado um prazo de pouco mais que um ano, até o Congresso a ser um prazo de pouco mais que um ano, até o Congresso a ser realizado em Ja-

neiro/90, para que cada AD discutisse na sua base a transformação em seção sindical. Este processo de debate deverá ser desenvolvido em conjunto pelas AD's das universidades estaduais.

A proposta aprovada pelo Congresso Extraordinário da ANDES cumpre os requisitos que mencionamos no início. Temos organizações por local de trabalho com autonomia seja na condução de lutas locais, seja para construir articulações a nível local, regional ou nacional. É soberana sobre as decisões da AD apenas a sua Assembléia Geral. A ADUSP, a ADUNESP e a ADUNICAMP, assim como todas as AD's, devem permanecer como instrumentos de organização e luta dos docentes de cada uma das nossas Universidades, incorporando o avanço de adquirir as prerrogativas de representação sindical oficial. As AD's têm ainda, como instrumentos de ação organizada dos docentes, tarefas no encaminhamento de questões específicas do trabalho acadêmico, científico e político no interior de cada Universidade. A experiência já mostrou a nossa capacidade para conduzir, conjuntamente, as lutas que são do nosso interesse comum.

Por outro lado é importante mantermos toda a estrutura de representação e luta da ANDES, com CONADs fazendo o papel de Conselho de Representantes (1 delegado por AD) e Congressos com delegação proporcional ao número de associados. Aliada à autonomia das AD's se faz necessário um instrumento de articulação geral das nossas lutas e idéias. Afinal a nossa luta sempre esteve voltada para o estabelecimento de diretrizes gerais para as atividades acadêmicas e científicas e o ensino superior. É preciso preservar a nossa capacidade de propor e intervir nas políticas do Estado, tanto local quanto nacionalmente. Deste modo, incorporamos à força da nossa legitimidade, calcada na representação direta de base, aquela da representação sindical oficial e legal, sem nenhuma desfiguração dos princípios e estruturas democráticas que construímos e que permanecem adequadas aos enfrentamentos que ainda temos a travar em defesa da Universidade Pública, da democracia social, econômica e política e do aprimoramento das nossas condições de vida e trabalho.

Francisco Miraglia
EX-presidente da Adusp

SINDICAL

LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o debate nacional

Passados quase um ano de debates em torno da elaboração da nova LDB, debates estes originados a partir das contribuições apresentadas pela sociedade civil e pela sociedade política, ainda não há por parte da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Congresso Nacional, uma síntese que reflita esta gama de contribuições, e que possa ser colocada, neste momento, em debate temático para a sociedade civil organizada.

Se por um lado esta demora nos beneficia, na medida em que dilata o tempo de discussão e ao mesmo tempo projeta a possibilidade de que a LDB venha a ser promulgada por outro Congresso Nacional e, portanto, outra Comissão (o que será positivo, considerando que a composição da atual Comissão expressa uma correlação de forças desfavorável às propostas progressistas para a LDB), por outro lado esta mesma demora poderá nos levar a um certo imobilismo, o que sem dúvida viria favorecer o avanço das forças do atraso e do conservadorismo.

É preciso esclarecer que a demora da Comissão, que pode tanto nos beneficiar quanto nos imobilizar, deve-se, entre outras causas, a forma pelo qual as contribuições das entidades científicas e sindicais da educação foram encaminhadas.

Enquanto na Assembleia Nacional Constituinte os educadores apresentaram suas propostas de modo unitário, através do FORUM DE EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO (e mesmo assim não lograram êxito em todas as bandeiras levantadas, tendo sofrido a maior

derrota no que se refere a perda de "exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas"), durante este primeiro momento de elaboração da LDB, as suas propostas tem sido apresentadas de modo desarticulado e individualizado, o que implicou em muitos momentos na duplicidade de aprofundamento sobre um mesmo tema, e na ausência de contribuições sobre outros.

Ao fazer esta comparação com estes dois momentos, não quero dizer que a participação tenha sido menor ou qualitativamente inferior. Pelo contrário, quero afirmar que o esforço para contribuir no debate e intervir no processo de elaboração da nova LDB por parte dos educadores através de suas entidades científicas e sindicais, tem sido imenso, e ao mesmo tempo tem existido também por parte de parlamentares dos mais distintos matizes ideológicos, a preocupação de incorporar essas contribuições, as quais, por sua vez, refletem as mais distintas concepções de educação; daquelas mais conservadoras às mais progressistas, passando por aquelas que "conciliam o inconciliável".

Retomando a questão específica dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, temos conhecimento de que até a 2ª quinzena do mês de agosto deste ano, o relator da Comissão, Deputado Jorge Hage, deverá apresentar um projeto substitutivo da Comissão. Este projeto deverá refletir toda esta gama de contribuições difusas, assim como os resultados das audiências públicas concedidas pela Comissão ao longo do 1º semestre deste ano.

Entretanto, para que não venhamos a cair no imobilismo ao qual me referi, cabe-nos neste momento, até mesmo antes do conhecimento do projeto substitutivo que será colocado em debate temático, iniciarmos um trabalho em cima de pontos que acreditamos polêmicos, porém não mais da forma individualizada como viemos fazendo até agora.

Tentativa no sentido de superar esta fase inicial do debate em torno da LDB de modo individualizado (sem que esta superação signifique perda da identidade e da especificidade das reivindicações das diferentes entidades), foi feita através da rearticulação do FORUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA NA LDB.

Constituído por entidades nacionais comprometidas com a escola pública, o FORUM tem como objetivo, neste momento, estabelecer as propostas consensuais elaboradas, ou em vias de elaboração pelas entidades integrantes, estimulando o debate e a mobilização nacional, ao mesmo tempo que pretende coordenar a pressão popular sobre o Congresso Nacional no período de elaboração da LDB.

Finalizando, quero salientar que este debate diz respeito a todos nós, e é mais do que urgente nossa aproximação e participação, pois a garantia da qualidade da pesquisa e do ensino na Universidade Pública Brasileira, passa também pela questão da LDB.

Debatê-la é também debater o nosso trabalho na Universidade.

Por um lapso de nossa parte, deixaram de ser incluídas, no corpo deste número do Jornal, informações a respeito do encaminhamento seguido pela ADUNICAMP com relação às manifestações dos candidatos a Reitor. Anexamos aqui cópia da carta enviada aos docentes cujos nomes até aquele momento haviam surgido como prováveis candidatos: Profs. VOGT, HERMANO, ANTONIO CELSO, SETTE, MARTINS E MAGALHÃES. Anexamos também cópia da carta enviada pelo Dr. MARTINS. Além dessa resposta, a ADUNICAMP recebeu também comunicação pessoal do Prof. MAGALHÃES afirmando não ser candidato. Lamentamos nossa falha. Esperamos que o Jornal consiga atender às expectativas e aos anseios dos docentes com relação à sucessão de Reitor.

A DIRETORIA

Campinas, 10 de Novembro de 1989.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr.

Senhor Professor:

A ADUNICAMP está fechando o último Jornal deste ano. Esse número será dedicado exclusivamente a uma avaliação preliminar das atividades da UNICAMP nos diversos campos do ensino - Graduação e Pós - pesquisa científica, extensão e administração.

A Comissão de Imprensa do Jornal está também encaminhando a publicação de um encarte especial com artigos dos prováveis candidatos a Reitor.

Nesse sentido, estamos encaminhando a todos os professores cujos nomes apareceram, em algum momento, como prováveis candidatos, solicitação de artigo focalizando sua posição sobre os seguintes pontos:

1. Avaliação social da Universidade e mecanismos para sua efetiva implantação;
2. Transparência de administração na política de alocação e distribuição de recursos;
3. Democratização e fortalecimento dos órgãos colegiados - Congregações e CONSU;
4. Cumprimento do RDI/DP e indissociabilidade Ensino/Pesquisa e extensão;
5. Reformulação dos Estatutos da UNICAMP;
6. Eleição de Reitor e Diretor de unidade;
7. Conselho Social para as Universidades (proposta das AD's para a Constituinte Estadual);
8. Vinculação da Universidade com a sociedade;
9. Cursos Noturnos e ampliação das vagas para os cursos de graduação;
10. Relacionamento com as entidades representativas;
11. Política de verbas e o Decreto dos 8,4% abordando: salários e custeio;

Esclarecemos que estes pontos estão sendo enviados a todos os candidatos não significando, no entanto, qualquer restrição à manifestação a respeito de outras questões que julguem relevantes.

O espaço destinado a cada artigo será de no máximo 5 laudas e deverá ser entregue até o dia 24 de novembro, na Sede da ADUNICAMP.

Atenciosamente

Prof. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS
Presidente



UNICAMP

Senhora Presidente

Campinas, 20 de Novembro de 1989

Auso o recebimento de sua carta de 10 de Novembro em que nos solicita um artigo para o Jornal da Adunicamp.

Sinto-me honrado com sua solicitação e gostaria de colaborar e participar intensamente dos debates que se travarão nos próximos meses, a respeito da sucessão da Reitoria, entretanto, numa avaliação feita por mim e com a colaboração de expressivo segmento da comunidade da FCM, cheguei a conclusão que o momento político não é o adequado e mais conveniente para eu pleitear minha candidatura a Reitor, em virtude de inúmeros compromissos assumidos com minha Unidade.

Nunca me furtel a participar de qualquer processo eleitoral dentro de nossa Universidade e minha decisão apenas se prende a uma posição de coerência que sempre procurei ter em minha vida Universitária, Acadêmica e Política.

Este é o motivo real de minha decisão, e por grande respeito que tenho à V.Sa., e a Adunicamp, tomei a iniciativa de lhe escrever.

Certo de que V.Sa., compreende que um possível candidato deve ser a expressão da vontade de uma base política, coloco-me a inteira disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente

Prof. Dr. José Martins Filho
Diretor da Faculdade de Ciências Médicas
UNICAMP

ILMA. SRA.
PROFA. HELENA COSTA LOPES DE FREITAS
PRESIDENTE DA ADUNICAMP

Universidade Estadual de Campinas
Caixa Postal 1170
13100 Campinas SP Brasil

Telefone: PABX (0192) 39 1301
Telex: (019) 1150

